

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-12-2017.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Paulo Brum e Thiago Braga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 255/17 (Processo nº 2323/17), de autoria de Professor Wambert; o Projeto de Lei do Legislativo nº 279/16 (Processo nº 2729/16), de autoria de Rodrigo Maroni; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 315, 316 e 317/17 (Processos nºs 2865, 2866 e 2867/17, respectivamente), de autoria de Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 1859/17, do Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município do dia seis ao dia dez de dezembro do corrente, quando participaria de reuniões nos Ministérios do Turismo, da Saúde e das Cidades, em Brasília – DF –, e em palestra a respeito da administração municipal e da conjuntura política, em São Paulo – SP. Também, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente: de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/11 (Processo nº 2323/11); de autoria de Moisés Maluco do Bem, solicitando que o Projeto de Lei do Legislativo nº 149/17 (Processo nº 1341/17) fosse incluído na Ordem do Dia, nos termos do artigo 81 da Lei Orgânica do Município. Ainda, foi apregoada a Emenda nº 25 ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/17 (Processo nº 2036/17), assinada por Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni e Thiago Braga. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e cinco minutos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 044 e 045/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 263, 285, 301, 302, 303 e 306/17, este discutido por Márcio Bins Ely, e o Projeto de Lei do Executivo nº 025/17, discutido por Márcio Bins Ely. Durante a Sessão, foram registradas as presenças de Sefora Mota, ex-vereadora deste Legislativo, e de Ricardo Breier, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul. Às quatorze horas e cinquenta e três minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir.

Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder pela, oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa Sessão, no dia de hoje. Primeiro, eu quero dizer que para o acordo de votação dos projetos que ora - além dos vetos que estão em primeira votação -, nós estamos discutindo, enquanto Bancada, porque ainda não temos uma posição definitiva com relação aos três projetos, apenas com dois projetos, que votaremos contra.

Por outro lado, eu queria usar em nome da oposição, em nome do PT e em nome do PSOL, este momento, para poder pedir um apelo à nova composição da Mesa Diretora. Nós estamos sabendo que na próxima semana se reunirão os Vereadores que fizeram uma composição no final do ano passado para este ano, deixando, infelizmente, o PT e o PSOL fora da composição da Mesa Diretora e das comissões, e mais ainda, da composição das assessorias de plenário. O PT e o PSOL não aceitam essa forma inadequada que, para nós, é contra o regimento na medida em que uma das maiores bancadas está fora desse acordo. O PT, por exemplo, sempre esteve na Mesa Diretora, na Presidência, assim como o PSOL esteve na Mesa Diretora. Ver. Robaina, infelizmente se avizinha nova eleição deixando a oposição, que é fiel em alguns momentos de projetos estratégicos da Casa, fora desse acordo. Nós somos Vereadores menores que os outros? Ou tem Vereadores aqui com QI 10 vezes maior do que os demais? Ou foi a população que elegeu os Vereadores aqui para representar os cidadãos e cidadãs da nossa Cidade? Aqui têm acontecido algumas votações que reproduzem não só a luta dos mandatos, mas também uma posição de um seguimento da Cidade. E muitas vezes os projetos que nós votamos aqui são vetados pelo Prefeito retornam à Casa e nós somos parceiros para derrubar o veto, uma vez que percebemos que aquele projeto é importante. Mas será que nós só somos importantes para esses momentos? Portanto, em nome da Bancada do PT e a do PSOL, como de outras pequenas bancadas de um ou dois Vereadores, ao contrário de outras bancadas de dois Vereadores que têm uma representação muito significativa nesta Casa. Isso o que estou falando não é justo porque nunca se estabeleceu essa forma de tratamento com as bancadas nesta Casa. Eu estou apenas, em nome de duas bancadas, alertando para isso porque, no ano que vem, o cenário de votação daquele painel ali pode mudar. Ou nós somos parceiros no conjunto das ações da Casa, Ver.^a Sofia, ou nós registrando aqui, não compartilhamos com a ideia de deixar a oposição fora das comissões da Mesa e de assessoria de plenário. Portanto, não é justo que uma bancada de dois Vereadores tenha três assessorias de plenário e bancadas de três e quatro Vereadores não tenham nada neste plenário. Não é justo que nós, e faço um exemplo deste próprio Vereador que militou a vida toda na saúde, é da Comissão de Saúde, vai ter os quatro anos e não terei nenhuma

possibilidade de ser presidente num ano? Isso é mais que um trator, isso é um desprestígio da luta daqueles que vivem por uma causa, ao contrário de outros que simplesmente transitam e recebem quase tudo porque os acordos também são feitos fora deste plenário. Portanto, quero fazer esse registro, em nome das bancadas, dizendo que isso que foi feito no final do ano passado para este ano não foi justo. Esperamos que neste ano, antes da eleição da nova Mesa Diretora, se estabeleça um pouco mais de justiça para a nossa Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Thiago Braga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. THIAGO BRAGA: Boa tarde a todos os presentes. Hoje se encerram esses três dias em que assumi como Vereador da Cidade de Porto Alegre. Em conjunto com alguns amigos e companheiros, que me ajudaram a construir a campanha de Vereador, construímos um projeto que vamos protocolar daqui a pouco sobre a ideia de transformar a Cidade Baixa num polo de turismo, num polo cultural, num polo gastronômico e de entretenimento da cidade de Porto Alegre, mas também do Rio Grande do Sul. Hoje qualquer pessoa que venha a Cidade de Porto Alegre tem como referência a Cidade Baixa como a parte boêmia da cidade, de entretenimento. Nesse projeto, eu e os meus amigos que me ajudaram a construir, temos o entendimento de mostrar para a cidade a importância de reconhecer esse bairro como um polo cultural, como um polo que desenvolve o turismo, a importância econômica que ele tem para a cidade de Porto Alegre. Se nós observarmos as ruas da Cidade Baixa, a Lima e Silva, a José do Patrocínio, a República, a João Alfredo, são ruas que têm muito comércio. Comércio pequenos, mas que geram muitos empregos, se nós formos fazer o cálculo geral. O que nós estamos vendo é que, todo ano, nesta Casa e na Cidade, se discute qual é o papel da Cidade Baixa. Eu, como morador e como comerciante, tenho o maior respeito pelos meus vizinhos e penso que nós temos que conviver em harmonia. Penso também que o entretenimento, os bares, os restaurantes, os supermercados ali, eles geram uma segurança incrível para aquele bairro. A Brigada Militar, nesta Casa, na última audiência pública sobre a Cidade Baixa, apresentou números que mostraram que a Cidade Baixa é o bairro mais seguro de Porto Alegre, com o menor número de ocorrências, sendo que ele é um dos bairros que tem uma grande população que frequenta os lugares ali. O que nós vemos com isso? Que as pessoas andando na rua geram mais segurança.

Nós, através deste projeto, queremos estabelecer um comitê gestor da Cidade Baixa, cujos membros sejam parte do Executivo, parte eleitos pela comunidade, e que nós possamos, a partir daí, discutir os problemas reais.

Hoje a Cidade Baixa vive um processo que todo o País e todas as cidades vivem, que é o da especulação imobiliária. Três grandes torres estão sendo construídas ali, e nós, moradores, não estamos discutindo qual será o impacto dessas torres para o

bairro. Temos duas na Av. João Pessoa com a Rua Lima e Silva, porque elas vão ter entrada pelos dois lados, e mais uma na Venâncio com a José do Patrocínio. Isso vai aumentar a população de moradores do bairro, vai aumentar a produção de esgoto, vai aumentar o número de carros. Eu fico imaginando a quantidade de carros chegando na hora do *rush*, e como vai ser. Então, nós temos que, junto com a comunidade, pensar nos problemas, nas questões cotidianas, na questão da violência social que está ali. Hoje nós temos, na cidade de Porto Alegre, uma população imensa em situação de rua. A maior parte dessa população com problemas sociais relacionados às drogas, e não vemos, hoje, na Cidade nenhuma política de assistência social. Então, com muita honra, tenho o prazer de apresentar a esta Casa este projeto e peço que vocês que, com o devido tempo, apreciem com todo o cuidado. Quero agradecer a proposta do Ver. Marcelo Sgarbossa, de a nossa Bancada fazer um revezamento, permitindo que todos os Vereadores pudessem assumir e vir aqui trazer o que propuseram na campanha eleitoral, o que podem fazer de novo, de criativo para a Cidade – este momento é enriquecedor. Eu, com certeza, saio dessa semana daqui com uma outra compreensão do trabalho de Vereador. Agradeço também ao Ver. Oliboni, à Ver.^a Sofia Cavedon, e quero dizer que fui muito bem recebido por eles e por toda esta Câmara. Peço o cuidado de todos ao analisarem este projeto. O bairro Cidade Baixa é um lugar importantíssimo da Cidade, um a referência no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo. E a minha busca aqui, colegas Vereadores, é que a gente possa disputar os turistas que chegam diariamente a Porto Alegre e vão direto para a Serra gaúcha; queremos garantir que eles fiquem aqui uns dias. Porto Alegre é uma das cidades que tem o maior número de eventos de negócios do Brasil, chegou a ser a terceira maior cidade com esse tipo de evento. Nesses eventos de negócios, temos conseguido mostrar poucas coisas atrativas da nossa Cidade; assim como quando as pessoas programam suas férias de julho com suas famílias, não têm escolhido Porto Alegre ou o Rio Grande do Sul para retornarem. Nós queremos disputar esses turistas para a Cidade, disputar esses recursos e também demonstrar que ali é um espaço de cultura, dos direitos humanos para a Cidade. Tenho aqui presente o Gustavo Bernardes, que é militante do movimento de direitos humanos, do movimento LGBT, e ali do espaço Zumbi dos Palmares sai a parada LGBT. Aquele bairro é um lugar onde as pessoas se sentem livre, e deve ser um espelho para toda Cidade, para todo Rio Grande do Sul, onde as pessoas devem entender que aquele respeito que a gente tem com as pessoas da Cidade Baixa deve ser um respeito que deve acontecer em todo o Rio Grande do Sul, em todo o Brasil. Muito obrigado, boa tarde e um bom trabalho para nós hoje à tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito aqui a presença dos Líderes de bancadas e dos demais Vereadores à Mesa. (Pausa.) Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h35min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h47min): Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2750/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 301/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 9.416, de 31 de março de 2004 – que veda a comercialização de jornais e revistas em farmácias e drogarias, no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2751/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 302/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 6.820, de 9 de abril de 1991 – que institui a obrigatoriedade de fornecimento, pelas empresas sediadas no Município de Porto Alegre, de uma refeição matinal aos seus empregados, e dá outras providências.

PROC. Nº 2752/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 044/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei Complementar nº 294, de 28 de maio de 1993 – que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos do comércio varejista de Porto Alegre afixarem, em suas fachadas, o preço dos produtos da cesta básica.

PROC. Nº 2753/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 045/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei Complementar nº 380, de 1º de julho de 1996 – que dispõe sobre construção de salas para cinema e teatro em centros comerciais do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2754/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 303/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 7.582, de 3 de janeiro de 1995 – que obriga as farmácias e drogarias a afixar, em local visível, na parte externa do respectivo estabelecimento, a relação daquelas que fazem plantão à noite, domingos e feriados.

PROC. Nº 2786/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 306/17, de autoria do Ver. Adeli Sell, que institui o Programa de Incentivo à Implantação de Jardins Verticais no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2408/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 263/17, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui a efeméride Semana Municipal de Divulgação da Cultura do Povo Cigano no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, de 24 a 31 de maio.

PROC. Nº 2616/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 285/17, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que denomina Orla Moacyr Scliar a faixa de terra limítrofe entre o Lago Guaíba e o Município de Porto Alegre compreendida entre a Usina do Gasômetro e o Anfiteatro Pôr do Sol.

PROC. Nº 3051/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/17, que autoriza a permissão de uso do Complexo do Porto Seco às entidades representativas das agremiações carnavalescas participantes do Carnaval de Porto Alegre, bem como autoriza o Poder Executivo a conceder a exploração do Complexo Cultural do Porto Seco para fins de implantação das estruturas permanentes do Carnaval.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, TVCâmara, senhoras e senhores. Quero fazer uma saudação especial ao presidente da OAB, seja bem-vindo, Breier, obrigado pela presença da OAB; acompanhando a nossa Sessão vários escritórios de advocacia representados; colegas representando a federação dos clubes, todos atentos às votações programadas para hoje relativas a questões que envolvem ISSQN, tributos, isenções. Quero dizer que, com o indicativo do Governo, pelo menos com relação ao que diz respeito aos 2% para os escritórios de advocacia, está se construindo uma alternativa. Eu me inscrevi também em Pauta para falar do projeto do Ver. Adeli Sell. Acho importante que a sustentabilidade possa estar presente na pauta e nas iniciativas dos Vereadores desta Casa. Tramita aqui o projeto de lei relativo à implantação de jardins verticais. Recentemente também fiz um projeto de lei na área da sustentabilidade, com relação aos bueiros inteligentes. Só para vocês terem uma ideia do que a Safeweb fez ali na Av. Ipiranga, que é uma malha de aço que recolhe o lixo flutuante, nesse período que está ali – pouco mais de um ano – já recolheu mais de 140 toneladas de lixo, Ver. Paulo Brum. Então, imaginem o que isso representa de impacto ambiental, pro Guaíba, em especial, essa cortina que foi adaptada ali. Então, acho muito oportuno que nós possamos dar uma atenção especial a essa questão do meio ambiente. Também queria falar um pouco sobre o PLE nº 025/17, que diz respeito à cedência do

Complexo do Porto Seco. Tivemos agora aqui reunidos na reunião de Líderes com relação ao carnaval. O carnaval tem sido pauta recorrente, tem sido uma preocupação deste Legislativo, através de emendas, de construções que possam, de alguma forma, dar uma resposta. Do jeito que está não pode ficar. No ano passado praticamente não tivemos carnaval e essa preocupação nos remete a algumas tomadas de decisão com mais velocidade. Está previsto aqui correr pauta hoje, vamos ter uma sessão extraordinária para correr a pauta relativamente a esse projeto, para que a empresa interessada possa assumir o Porto Seco, para que possa garantir o carnaval e se façam os investimentos mínimos para qualificação daquele espaço público coletivo. Que isso possa ser implementado em tempo, sob pena de, mais uma vez, Porto Alegre ser privada da realização do carnaval no ano de 2018. Então, amanhã, na reunião de Líderes, nós vamos tentar chamar aqui os representantes da liga, da UECGAPA, enfim, e vamos ver de que maneira a gente pode encaminhar para uma solução, o quanto antes possível, para construir um entendimento entre o Prefeito e o Vice-Prefeito; um trouxe um indicativo favorável, o outro, um contrário. Precisamos também de uma solução que possa dar uma resposta para esse anseio do carnaval. Afinal de contas, é uma série de escolas de samba, a cultura carnavalesca tem um pedaço importante da sua responsabilidade, até na geração de emprego e renda, a tradição carnavalesca das gerações que vão passando em Porto Alegre. Tem escolas de samba tradicionais, e, também a Região Metropolitana. Queremos externar aqui que, hoje, o projeto está correndo, na verdade, em 1ª Sessão de Pauta. Vamos agilizar para correr em mais uma ou duas, e, se precisar, vamos fazer uma reunião extraordinária, quem sabe, na segunda-feira, para estarmos resolvendo o problema do carnaval, no mais tardar, quem sabe, na quarta-feira da semana que vem.

Quero reiterar aqui o meu compromisso com a advocacia, com os escritórios de advocacia que, hoje, aqui, se somam a esta pauta contrária ao aumento de impostos. Sempre que possível, vamos estar nos manifestando contra o aumento de impostos em Porto Alegre, e queremos reafirmar o nosso compromisso em construir uma solução alternativa e que não venha impactar neste momento os escritórios de advocacia em Porto Alegre. Pela atenção de todos, muito obrigado. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença da nossa sempre Vereadora Sefora Mota. Seja muito bem-vinda. Também registro a presença do Sr. Ricardo Breier, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Sul. Seja muito bem-vindo, Presidente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 14h53min.)

* * * * *